

Workshop: **Arquivos e possibilidades de pesquisa**



Os conjuntos documentais guardados por diversas instituições são fundamentais para a pesquisa histórica. Mas é preciso saber como foram geradas, as informações que contêm e as potencialidades que oferecem para a pesquisa histórica. O objetivo desse workshop é discutir as condições de acesso às fontes africanas, as demandas e os interesses dos pesquisadores e dos gestores das instituições responsáveis pela preservação documental na África, nas Américas e na Europa.

Coordenação: *Silvia H. Lara, UNICAMP*

José C. Curto, York U/ Frank J. Luce, York U/ e Catarina Madeira-Santos, EHESS-IMAF - O Arquivo Histórico da Comarca Judicial de Benguela: Problemas e Possibilidades

Há muito tempo os historiadores suspeitam que o Arquivo Histórico Comarca Judicial de Benguela abriga documentos que podem expandir significativamente nosso entendimento do período final do comércio transatlântico de escravos e da transição para a chamada era do comércio legítimo, que não só abrangeu produtos não cultivados como urzela, cera de abelha e marfim, para citar apenas alguns, mas também envolveu produtos cultivados, como o café, borracha, açúcar, etc. A referida transição, como está se tornando cada vez mais evidente, era mais do que simplesmente comercial. Nossa contribuição visa lançar luz sobre algumas das possibilidades que este arquivo particular oferece para entender melhor a referida transição no contexto de Benguela, um importante porto negreiro durante a era do comércio ilegal de escravos, bem como alguns dos problemas associados ao uso da documentação para as décadas de meados do século XIX.

Estevam C. Thompson, UNB-York U - Fontes Atlânticas do Comércio de Escravos em Benguela e seu Interior, sécs. XVIII e XIX

No porto de São Filipe de Benguela o comércio de escravos em finais do século XVIII e começo do XIX era controlado por uma comunidade de comerciantes que combinava famílias locais e mercadores estrangeiros. Muitos deles haviam imigrado de diversas partes do Atlântico português para participar no comércio em Benguela e seu interior e jamais retornaram a suas terras natais, falecendo em território africano onde, por vezes, haviam montado não somente suas casas comerciais, mas também formado famílias “lusoafricanas”.

Os rastros deixados por esses comerciantes de escravos estão espalhados pelos três continentes envolvidos nessas negociações. Evidências sobre a atuação desses negreiros e sertanejos podem ser encontradas em arquivos em Angola, Portugal e Brasil. Assim, uma pesquisa que pretende entender as interações sociais e comerciais que transformaram este pequeno porto em um dos mais importantes fornecedores de escravos para o mundo atlântico deve considerar, além dos valiosos documentos provenientes dos arquivos angolanos, àqueles pertencentes aos arquivos portugueses e brasileiros, onde mais informações sobre seus negócios, propriedades e familiares podem ser encontrados.

Ana Roque, ICT - Entre o Colonizador e o Colonizado: Reflexões em Torno da Pertença e Acessibilidade do Corpus Documental sobre a Delimitação das Fronteiras de Moçambique

A herança e aceitação das fronteiras coloniais, por parte dos países africanos, tem vindo a ser amplamente debatida desde 1964 (OUA, Cairo, 1964) e assume-se hoje como um dos aspetos particularmente significativos da história contemporânea desses países, sobretudo quando está em causa a recuperação do traçado das linhas de fronteira, originalmente definidas pelas potências coloniais, e as suas consequências.

Considerada como informação relevante para história dos portugueses em África, os documentos relativos à delimitação e demarcação das fronteiras permanecem nos arquivos portugueses e, na maioria dos casos, as antigas colónias, agora países independentes, não têm acesso a esta documentação nem possuem cópia da mesma.

No que respeita a Moçambique, a maior parte da documentação persiste nos Arquivos do ICT, ainda sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, nos últimos anos, tem havido por parte de Moçambique alguma insistência no sentido de aceder a estes documentos e obter cópias dos mesmos.

Possibilitando a reconstrução da linha de fronteira em conformidade com os acordos que a definiram no século XIX, estes documentos permitem a atual gestão normal e regular da fronteira e garantem a definição e demarcação do território sob soberania de Moçambique evitando, deste modo, conflitos territoriais com os países que lhe são vizinhos.

Pretende-se nesta intervenção refletir sobre as questões da pertença, acesso e preservação desta documentação informando, em simultâneo, sobre a natureza deste corpo documental, genericamente designado por “Arquivo de Fronteiras”, e sobre a sua importância para gestão atual das fronteiras de Moçambique.

Drew Thompson, Bard College - Mostrando os contornos e a política da libertação de Moçambique por meio de fotografias

A produção fotográfica e a circulação foram fundamentais para as lutas de independência de Moçambique. Em 25 de junho de 1975, a FRELIMO anunciou a independência de Moçambique, uma declaração que afirmava sua vitória militar e a derrota de Portugal. No entanto, essa vitória e derrota não incluem imagens da FRELIMO matando soldados portugueses e vice-versa. Na verdade, o que se viu da independência de Moçambique espelhava o que acontecia com os próprios arquivos fotográficos que marcaram o desenvolvimento e a documentação da guerra. Enquanto os soldados e colonos portugueses partiam e a FRELIMO voltava do exílio, os arquivos de cada lado se dividiram. Depois de 1975, quando se transformava em um partido político e também enfrentava a ameaça do apartheid, a FRELIMO (re)constituiu e (re)implantou o que havia se tornado o “arquivo fotográfico da libertação”. Mais recentemente, em meio à agitação política e ao desencanto, a FRELIMO tem acompanhado de perto o acesso a este conjunto de imagens guardadas no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) e classificadas como “FRELIMO Luta Armada”.

Esta apresentação aborda questões de preservação arquivística e acessibilidade, explorando as origens históricas, reconfigurações e contestações associadas à coleção “Luta Armada” do AHM. Sugiro que este arquivo fotográfico não se desenvolveu em oposição ao arquivo da guerra colonial portuguesa, mas sim em diálogo direto com ele. Esta conclusão é importante para compreender os mitos de sigilo e perda que organizam o acervo de imagens do AHM. Ao refletir sobre a política de representação da independência de Moçambique, especificamente como ela se relaciona com as lutas mais recentes da FRELIMO, abrimos

um espaço para discutir o papel da fotografia e das imagens na escrita da história da libertação de Moçambique.

Lucilene Reginaldo, UNICAMP - Descobrimo a África no Brasil: fontes para a história africana nos arquivos brasileiros

A promulgação da lei 10.639/2003, que determinou a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares do ensino fundamental e médio, deu um impulso inédito à pesquisa sobre a História da África nas instituições acadêmicas brasileiras. Desde então, os pesquisadores nacionais têm buscado superar um lamentável “atraso” no tocante aos estudos desenvolvidos em algumas das mais prestigiadas instituições africanas, europeias e americanas. Neste contexto, entre os temas que têm mobilizado pesquisadores e instituições na perspectiva do avanço do ensino e da pesquisa sobre a História da África, o acesso às fontes é um dos mais importantes. O reconhecimento e retomada dos levantamentos de fontes no Brasil, a exploração dos acervos documentais na Europa – especialmente em Portugal – e também o exame dos arquivos nos países africanos – com destaque para Angola e Moçambique – têm produzido resultados consideráveis. Estes resultados são visíveis não apenas nas pesquisas individuais, mas também na reprodução e disponibilização de fontes, na produção de catálogos digitais, na criação de bases de dados on-line, etc. Certamente estes esforços são, em grande parte, responsáveis pelos passos largos dados pela pesquisa em História da África no Brasil. O objetivo desta comunicação é apresentar um histórico das iniciativas nacionais e discutir as possibilidades de avanço da pesquisa em História da África no Brasil na perspectiva do acesso e da disponibilização das fontes.